

País pedirá US\$ 4 bi a bancos

O Governo está preparando um plano de renegociação da dívida externa que envolve um pedido de empréstimos novos aos credores internacionais entre 4 e 6 bilhões de dólares. Os economistas da Fazenda, envolvidos na elaboração do mesmo, entendem que será através de uma negociação externa satisfatória que será possível ao País encontrar o caminho mais rápido para equacionar os problemas internos e baixar a inflação, responsável pela elevação das taxas de juros.

A aplicação de um choque na economia com a adoção de um novo congelamento, logo após a conclusão da fase de realinhamento de preços, como saída para baixar as taxas de juros, não é, segundo uma credenciada fonte econômica, a panaceia para diminuir a taxa de inflação e conseqüentemente as taxas de juros. Ainda não está completada a fase do realinhamento de preços, a economia enfrenta as dificuldades, não totalmente superadas, do abastecimento e um novo congelamento poderia agravar o quadro atual.

A necessidade de obter recursos novos num montante de até 6 bilhões de dólares se justifica, segundo as informações da Fazenda, devido à queda acentuada dos saldos na balança comercial desde outubro (210 milhões de dólares), novembro (156 milhões de dólares), dezembro (135 milhões de dólares) e janeiro (129 milhões). A soma

desses saldos sequer foi suficiente para compensar o pagamento de parcela da dívida externa vencida em janeiro, de 800 milhões de dólares.

As perspectivas para a balança comercial este ano são em torno de 8 bilhões de dólares, mais precisamente 7,8 bilhões, de acordo com o assessor internacional do Palácio do Planalto, Rubens Ricúpero. Até junho, o saldo comercial deverá alcançar 1,8 bilhão de dólares e no segundo semestre será possível, segundo as informações encaminhadas à Presidência da República pelos exportadores. Nesse contexto, a necessidade de novos recursos externos aumenta em relação às previsões encaminhadas pelo ministro Dilson Funaro, ao Clube de Paris, de que o Brasil conseguirá obter este ano um superávit de 10,2 bilhões de dólares.

Apesar de o ministro Funaro insistir que o Governo não lançará mão da moratória, da suspensão temporária do pagamento das taxas de juros, mas somente tentará, via negociação, uma redução do pagamento dos juros, a informação que chegou ontem à tarde, na Fazenda, de que o Presidente mandará chamar de Washington o embaixador Marcillo Marques Moreira reforçou a possibilidade de uma iminente centralização do câmbio para evitar evasão de capitais que detorlora ainda mais as reservas cambiais do País.

Para os economistas da Fazenda, a negociação ex-

terna é que permitirá o desafogo interno, na medida em que o País transferirá menos recursos para o exterior, permitindo a aplicação de maior volume de investimentos internos e a execução de uma política monetária equilibrada, nem austera demais, que traga de volta a recessão, nem flexível demais, como ocorreu no ano passado, que permita uma expansão dos meios de pagamento capaz de reduzir demasiadamente os juros e estimular o consumo.

Nos próximos dois meses as pressões inflacionárias estarão presentes na economia de forma perturbadora, mas a partir de abril, a previsão, na Fazenda, é a de que gradualmente haverá o controle do processo inflacionário num patamar de inflação mensal entre 10 e 12 por cento, como ocorreu até novembro de 1985.

Mas, a visão dos técnicos de que a situação poderá se normalizar após abril, sem necessidade de um choque que traga de volta o congelamento de preços por um prazo de 90 dias, foi contestada pelo economista Carlos Lessa, diretor do BNDES. Segundo ele, é possível que um novo congelamento encontre dificuldade de se firmar, criando problemas para o abastecimento. Porém, lembrou conviver com inflação de 16 a 18 por cento ao mês é muito perigoso. Chegará o momento em que o Governo terá que decidir entre conviver com essa inflação explosiva ou buscar uma saída que temporariamente pode ser dolorida.